

Sistema de Governo

Cinco anos 'ganham fácil' na comissão, diz Sant'Anna

Janio de Freitas

Retribuição à altura

As obras de melhor porte financeiro, dentre as pretendidas pelo governo do Estado do Rio, estão destinadas por Moreira Franco a distribuí-las entre três empreiteiras. São a CBPO (outra denominação jurídica da Odebrecht), a Andrade Gutierrez e a Mendes Jr.

A campanha eleitoral de Moreira foi riquíssima. Respeitadas as proibições dos respectivos eleitorados, a mais cara até do que as campanhas de Antônio Ermírio, Paulo Maluf e Orestes Quércia. E o mal do dinheiro é não cair do céu. Para candidatos, significa aquisição de votos e, em certos casos, uma boa reserva pessoal; para empresários, primeiro é investimento e depois é lucro.

A. C. R. Almeida fazia parte daquele grupo antes das eleições, nas por motivos esquisitos está elegida ao segundo time. Ou seja, o grupo das empreiteiras que vão dividir as obras desinteressantes ara as três primeiras.

Respostas simples

Empresas de comunicação e jornalistas estão sempre sujeitos a pressões, de gênero variado entre a onquiata e a sufocação. As circunstâncias levam a fazer, a propósito, suas advertências.

A primeira é de que, enquanto perdurarem ameaças e demais tentativas de intimidação, vou responder com redobrado empenho para perfurar a cortina de segredos que envolve as relações entre poder e empreiteiras — e suponho já estar demonstrado pela Folha, por "Veja" e outras publicações, que é possível fazê-lo.

A segunda é a de que não adotei nunca qualquer precaução especial: as de ordem particular me são inacessíveis e as oficiais, além de inúteis, não merecem confiança. Mas as mandantes de ameaças e tentativas de intimidação, não importa se

de uma ou de outra das partes atingidas pela comprovação de que a concorrência da Maranhão-Brasília estava viciada, caso disponham ainda de alguma lucidez devem até orar para que nem acidente me aconteça. A menos que não saibam o que é bomba de retardamento.

Em se tratando de empreiteiras, seria próprio e bastante dizer que uma bomba destas não deixará pedra sobre pedra. Mas como há envolvimento de outra parte interessada, acrescenta-se que não sobrará nem filho sobre filho.

Nesta republiquetada, ser indefeso é a mais geral das normas. Cada qual até certo ponto, porém.

Sem deformações

Venda de vistos de permanência para estrangeiros, feita por graúdos do Ministério da Justiça: "Os fatos são semelhantes àqueles acontecidos na gestão de Ibrahim Abi-Ackel", é o que diz, veja só, "O Globo", da organização que sepultou o ex-ministro sob pedras.

A Polícia Federal já está investigando o caso. Ao que se saiba, com liberdade para chegar aos verdadeiros culpados. Não há jornalista responsável pela denúncia.

Como sempre

Por um dos tropeços comuns na produção industrial dos jornais, "pobreza" alcançou o status de "nobreza" — inversão afrontosa à avarenta classe dominante brasileira — nesta frase de ontem: "Exceto entre os políticos do oportunismo vil e os comandos militares da tutela cômoda, ninguém mais suporta o quadro de desgoverno absoluto, de desconexão entre o mando político e as ansiedades gerais, de pobreza mental e sobretudo moral". É o Brasil: a nobreza ocupa todos os espaços e ainda esconde a pobreza.

Soberania

Acirrado o debate sobre homossexuais

Dos Sucursais de Brasília e do Rio

Os parlamentares evangélicos monopolizaram as discussões ontem, durante a reunião matutina da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher do Congresso Constituinte. Travaram um acirrado debate em torno da situação dos homossexuais no texto da nova Constituição. A discussão chegou a tal ponto que o deputado Costa Ferreira (PFL-MA), de centro, ameaçou de "maldição e castigo" os constituintes que forem "tolerantes com os homossexuais".

A discussão foi iniciada por dois deputados evangélicos, ambos do PDT: João de Deus (RS), de centro-direita, e Lysâneas Maciel (RJ), de esquerda. Para se contrapor a um grupo de nove parlamentares contrários à igualdade de direitos para os homossexuais, Lysâneas Maciel afirmou que "a discriminação não é cristã nem evangélica". Sem pedir aparte, João de Deus, que integra o grupo dos nove, o interrompeu para dizer que ele "não conhece a Bíblia". A resposta de Maciel foi imediata: "Você é um constituinte delegado de polícia".

Preocupada em "preservar a ordem dos trabalhos", a presidenta interina da comissão, deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), de centro-esquerda, disse que "cortaria a palavra" dos dois deputados se a discussão prosseguisse naquele tom. O relator da comissão, senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, invocou o evangelho de São Mateus para pedir "mais amor aos pastores". Disse que não há na história qualquer "ética universal ou imutável".

Bisol, na verdade, é o pivô de toda

a discussão dos evangélicos. Ele incluiu em seu relatório a expressão "orientação sexual", que alguns evangélicos querem suprimir ou substituir por "desvio sexual". O texto polêmico do relatório diz o seguinte: "Ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição social ou individual". Esse trecho está no artigo terceiro do capítulo sobre os "Direitos Individuais".

O relator Bisol diz que só mudará a expressão "orientação sexual", como querem alguns deputados evangélicos, se a maioria dos 62 membros da comissão assinarem uma emenda que contrarie o seu texto original. Já o deputado Amaral Neto (PDS-RJ), de direita, apresentou ontem pela terceira vez uma emenda propondo a instituição da pena de morte na nova Constituição.

Triângulo Rosa

A emenda do deputado José Fernandes (PDT-AM), de centro-direita, ao relatório da comissão, propondo a troca da expressão "orientação sexual" por "desvio sexual", foi vista com ironia pelo diretor de comunicação do grupo de homossexuais Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas. "É até engraçado. Que eu saiba, desvio é uma coisa errada. Como se pode estabelecer que uma coisa errada seja transformada em preceito constitucional?", disse. Mascarenhas defende "orientação sexual" como a única expressão que pode evitar a discriminação contra os homossexuais.

Organização Eleitoral

Sistema distrital misto desagrada parlamentares

A proposta de voto distrital misto, apresentada pelo relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), centro, desagradou tanto a direita quanto a esquerda da comissão. O vice-líder do PT no Congresso constituinte, deputado José Genoíno, 41, esquerda, condenou a proposta afirmando que o sistema distrital fortalece o "poder econômico". O coordenador do PFL na comissão, deputado Ricardo Izar (SP), 46, direita, disse que os constituintes foram eleitos pelo voto proporcional e não estão "querendo arriscar inovações".

Durante a votação na subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, os constituintes racharam. Metade apoiou o voto distrital misto e a outra metade foi contra, defendendo o sistema proporcional. O deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), presidente da subcomissão, desempatou a votação, aprovando a proposta.

O Deputado Prisco Viana, embora reconhecendo a dificuldade de aprovar o voto distrital misto, acredita na possibilidade de um entendimento final. Porém, uma reunião, ontem à noite, na casa do líder do PFL no Congresso constituinte, José Lourenço, com os coordenadores do partido nas oito comissões amarrou uma posição "fechada" com o voto proporcional.

Organização do Estado

Cidades de São Paulo e Rio podem virar Estados

As cidades de São Paulo e Rio podem tornar-se Estados. Isso acontecerá se for aprovada a emenda do deputado César Maia (PDT-RJ), estabelecendo que toda região metropolitana, quando alcançar a marca dos 5 milhões de habitantes, passa automaticamente a ser um Estado independente. Essa foi uma das 378 emendas apresentadas até às 19h40 de ontem ao relatório do senador José Richa (PMDB-PR), da Comissão da Organização do Estado. Esse número deveria aumentar, pois o prazo para apresentação de emendas encerrou-se à meia-noite.

Aos seis Estados cuja criação fora proposta na Subcomissão dos Estados e Territórios — ignorados por Richa — foram acrescentados mais dois: o de Brasília, cuja emenda é de autoria do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), e o do São Francisco, de autoria de Carlos Cardinal (PDT-RS), a ser criado nas margens do rio São Francisco, em terras de Minas Gerais e Bahia. Já o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) propôs simplesmente a extinção do território de Fernando de Noronha, anexando-o imediatamente ao Estado de Pernambuco. O senador Carlos Di Carli (PMDB-AM), apresentou emenda obrigando a União a elaborar, dois meses após a promulgação da nova Carta, um plano de valorização econômica da Amazônia e do Nordeste.

Da Sucursal de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), disse ontem que seu trabalho para derrotar o parecer do relator da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), de centro-esquerda, é "apenas preventivo" porque "os cinco anos (de mandato para o presidente José Sarney) ganham fácil" no plenário da comissão. Em seu trabalho, Egídio defende os quatro anos. Sant'Anna afirmou também que conhece "de cor" o voto de cada um dos 64 integrantes da comissão e que a tese dos cinco anos obterá entre quarenta e 45 votos.



Ontem, a comissão debateu pela primeira vez o parecer de Egídio. O procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, compôs a mesa diretora dos trabalhos, a convite do presidente da comissão, deputado Oscar Corrêa (PFL-MG), centro-direita. Dos 64 componentes da comissão, 47 estiveram presentes. A maior parte dos oradores criticou o relatório, distribuído aos constituintes na última segunda-feira.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), centro-esquerda, relator da Subcomissão do Poder Executivo, apresentou um texto de nove páginas, criticando todos os artigos do parecer sobre o sistema de governo.

Formação do governo

De acordo com o parecer do deputado Egídio Ferreira Lima, o presidente da República, dentro de um regime parlamentarista, indica o primeiro-ministro, que necessita do voto da maioria absoluta dos deputados para ter seu nome aprovado. Se esse primeiro nome não for aprova-

do, o presidente apresentará outro. Se houver nova rejeição (ou mesmo se a maioria dos deputados não aprovar o nome indicado), a Câmara elegerá o primeiro-ministro, em primeiro turno, por maioria absoluta, e em segundo turno, por maioria simples.

Para José Fogaça, esta fórmula permitirá que "se aloje ao lado do presidente um primeiro-ministro seu inimigo", consagrando o princípio da

"aprovação ativa", que não é adotado em nenhum país onde o presidente é eleito pelo voto direto (França, Portugal, Islândia e Finlândia). Nestes países, vigora o princípio da "rejeição ativa", que figurava no relatório da Subcomissão do Poder Executivo. Por ele, o primeiro-ministro indicado pelo presidente pode ser rejeitado pela maioria absoluta dos votos da Câmara, mas não precisa ter seu nome aprovado por metade mais um dos deputados.



Egídio Ferreira Lima, ladeado por Pertence (esq.) e Oscar Corrêa, fala na Comissão de Sistema de Governo

Sarney conta com STF se constituintes decidirem por quatro anos de mandato

MAURO LOPES
Repórter da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney tem uma estratégia pronta para o caso de não conseguir um mandato de cinco anos no plenário do Congresso constituinte. Ele pretende, através de uma representação da Procuradoria Geral da República, levar o Supremo Tribunal Federal (STF) a se manifestar sobre a questão. Os juízes, de acordo com o plano presidencial, se manifestariam favoravelmente ao texto da atual Constituição, que estipula seis anos de mandato para Sarney. Escudado pela decisão do Supremo, o presidente provocaria um conflito de legalidade entre a decisão do STF e o Congresso constituinte.

A "estratégia de emergência", como é conhecida no Palácio do Planalto, prevê também um pronunciamento dos ministros militares em apoio à manifestação do STF. O que ainda não está suficientemente esclarecido, inclusive por seus componentes jurídicos (veja matéria nesta página), é se a representação ao Supremo seria apresentada antes ou depois da decisão do plenário do Congresso constituinte.

O presidente Sarney não aposta todas as suas fichas neste plano. Como o próprio nome indica, esta é uma estratégia "de emergência", para uma situação de crise. Hoje, Sarney confia na possibilidade de obter os cinco anos através da negociação política. Para isso, estimula o grupo "centro democrático" do PMDB, uma articulação surgida basicamente para apoiar o presidente da República. Além disso, utiliza-se fortemente da "política da caneta" para compor uma bancada com parlamentares de diversos partidos que lhe garantam maioria, no plenário do Congresso constituinte, para a aprovação do mandato de cinco anos.

Porém, se a crise econômica se aprofundar a tal ponto que inviabilize uma base de sustentação parlamentar suficiente para a vitória da tese dos cinco anos, Sarney puxará da gaveta a "estratégia de emergência". Este foi o aviso do "discurso do fôco" de 18 de maio. Naquela noite, em rede nacional de rádio e televisão, Sarney afirmou com todas as letras: "O meu mandato é de seis



O presidente José Sarney

anos". Disse que abriria mão de um ano e deu por encerrada a polêmica, sob seu ponto de vista, ao declarar: "Deixarei, portanto, o governo em 1990".

O discurso marcou uma mudança na postura de Sarney com relação a seu mandato. Uma mudança mastigada durante mais de dois anos. Em 7 de maio de 1985, ao enviar ao Congresso a mensagem de convocação do Congresso constituinte, o presidente assumiu um compromisso em favor do mandato de quatro anos. Tancredo Neves havia morrido há apenas dezesseis dias, e Sarney repetia que o "destino" havia colocado a Presidência da República em suas mãos.

Durante estes dois anos e pouco mais de um mês, Sarney passou a encerrar a Presidência e os seis anos de mandato como um direito legítimo seu. Atualmente, considera que seu discurso de 18 de maio foi um gesto de grandeza, de despojamento, por ter aberto mão de um ano de mandato. E fala em "usurpação" quando mencionam a possibilidade de o Congresso constituinte conceder-lhe quatro anos.

"Eu tenho condições de definir meu mandato, e o Congresso, se quiser, que parta para a usurpação do meu mandato". Com estas palavras, Sarney definiu a um parlamentar mara-

nhense seu entendimento sobre a questão, num almoço a dois, quinze dias antes do discurso de 18 de maio.

O respeito à Constituição em vigor é outro elemento-chave na posição de Sarney. Segundo o deputado Alberico Filho (PMDB-MA), primo do presidente da República, Sarney governa "desde o primeiro dia em que chegou à Presidência tendo sobre sua mesa de trabalho uma Bíblia e, ao lado dela, a Constituição". Alberico diz que Sarney jurou se conduzir pela atual Constituição, "a mesma sob a qual realizaram-se eleições para a Constituinte e que garante ao presidente seis anos de mandato".

Para viabilizar sua estratégia, Sarney tem buscado se aproximar do STF e se respaldar nas Forças Armadas. No começo de março, o presidente ofereceu um jantar no Palácio do Alvorada aos onze ministros do Supremo, em homenagem ao ministro José Carlos Moreira Alves, que deixaria a presidência do STF alguns dias depois e que havia presidido a instalação do Congresso constituinte. Os ministros e mais o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, compareceram ao jantar, acompanhados de suas mulheres. Um dos ministros do STF, pelo menos, estranhou o caráter do jantar: "O convite dizia que era uma homenagem ao Moreira Alves, mas só houve jantar, sem nenhuma homenagem".

Quanto às Forças Armadas, Sarney já provocou um primeiro pronunciamento dos ministros militares, com seu discurso de 18 de maio. Logo após o discurso, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), general Paulo Alberto Campos Paiva, declarou que "a lei é a lei e deve ser cumprida. O país não pode ficar ao sabor do discurso deste ou daquele deputado". O ministro da Marinha, almirante Henrique Sobrinho, foi ainda mais taxativo: "O seu mandato, conforme o presidente bem disse, está previsto em lei, na atual Constituição". Depois de uma manifestação do STF sobre a questão, o Palácio do Planalto espera declarações ainda mais incisivas dos ministros militares.

Simpósio pedido por Sarney começa próxima semana

Da Reportagem Local

A Universidade de São Paulo promove a partir da próxima terça-feira um simpósio para discutir a transição política brasileira e a possibilidade de realização de um pacto social no país. Segundo o reitor da USP, José Goldemberg, 59, o encontro será uma oportunidade única de se engajar "a fina flor" dos cientistas políticos brasileiros no debate com políticos, representantes de trabalhadores e empresários sobre o pacto.

Essa "fina flor" dos cientistas políticos inclui Luciano Martins, Wanderley Guilherme dos Santos, Guillermo O'Donnell, José Augusto Guilhon Albuquerque, Eunice Durham, Oliveira Ferreira e Francisco Weffort e debaterá com políticos como Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso (também cientista político), Marco Maciel, Leonel Brizola, Luis Inácio Lula da Silva e Jarbas Passarinho.

Empresários e sindicalistas

Entre os convidados estrangeiros, estão os cientistas políticos Adam Przeworski, Alain Touraine e o ministro das Relações Exteriores argentino, Dante Caputo. Participarão também empresários — Albano Franco, Paulo Cunha e Cláudio Bardella, entre outros — e líderes sindicais — Jair Meneguelli (CUT), Joaquim dos Santos Andrade (CGT) e Antonio Pereira Magaldi (USI).

Pedido de Sarney

O simpósio é resultado de um pedido do presidente José Sarney ao reitor José Goldemberg, há cerca de dois meses, para que promovesse na USP um fórum de debates sobre pacto social. No dia 11 de maio, Goldemberg foi recebido em audiência por Sarney e mostrou-lhe o projeto do evento. O reitor disse ontem que o simpósio não foi "encaminhado" por Sarney. "O presidente apenas encorajou a realização do evento", disse. Para ele, o pedido de Sarney "talvez revele as próprias angústias do presidente frente os problemas nacionais".

Ordem Social

Conservadores articulam contra projeto do relator

A ala "conservadora" da Comissão da Ordem Social iniciou uma articulação para tentar eliminar ou modificar uma série de dispositivos contidos no anteprojeto substitutivo elaborado pelo senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da comissão, considerado demasiadamente "esquerdista". Reunidos na noite de anteontem no hotel Carlton, em Brasília, os constituintes articulados em torno dos deputados Max Rosenmann (PMDB-PR) e Osvaldo Bender (PDS-RS), ambos de centro, decidiram apresentar emendas não apenas eliminando a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de quarenta horas, mas também limitando a intervenção do Estado nos serviços de saúde privados e garantindo a exploração de terras indígenas por empresas privadas.

Rosenmann tenta descaracterizar o encontro como uma articulação de "conservadores", mas afirma que "a pressão da esquerda foi tão forte que o senador Almir Gabriel acabou produzindo um relatório muito confuso". Entre as emendas apresentadas pelo grupo estão a substituição da estabilidade no emprego por indenização por tempo de serviço, manutenção do FGTS, jornada de 48 horas, licença de 90 dias para gestante, eliminação do pagamento em dobro das férias e supressão da proibição de horas extras.

SABE ONDE FICA
A AV. PAULISTA?EM FRENTE AO BANCO
BOZANO, SIMONSEN.

AV. PAULISTA, 1500. TEL. 252-8133.